

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

216 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 7 a 11 de outubro de 2024

1. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - DEBATE COM VIKTOR ORBÁN	2
3. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - OUTROS DEBATES	4
Democracia na Geórgia	4
Interferência russa nas eleições na Moldávia	4
4. CONSELHO EUROPEU DE 17/18 DE OUTUBRO	5
5. NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA NATO	9
6. MÉDIO ORIENTE - UM ANO APÓS O 7 DE OUTUBRO	9
7. DESINFORMAÇÃO E MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO	9
8. ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS	9
Acórdão M.A. e Z.R. c. Chipre (queixa n.º 39090/20)	9
Acórdão Severin c. Roménia (queixa n.º 20440/18)	10
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
Eurogrupo	10
ECOFIN	10
Reunião informal dos ministros do Emprego, Política Social e Saúde	11
Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos	11
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	11
Parlamento Europeu	11
Comissão Europeia	11
Conselho da União Europeia	11

1. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU¹

Tal como demos nota nas Sínteses n.º 214 e n.º 215, o Parlamento Europeu (PE) tem vindo a definir a abordagem e o **calendário das audições dos Comissários-designados para a próxima Comissão Europeia (2024-2029)**, tendo mesmo criado uma página dedicada a este processo, disponível [aqui](#).

Esta semana, a **Conferência dos Presidentes** (CoP, equivalente à Conferência de Líderes) **aprovou o calendário pormenorizado das audições dos Comissários indigitados, que se realizarão de 4 a 12 de novembro**.

Programme for the confirmation hearings of the Commissioners-designate
4 November - 12 November 2024



	Monday 4 November (4 hearings)		Tuesday 5 November (6 hearings)		Wednesday 6 November (6 hearings)		Thursday 7 November (4 hearings)	
09.00-12.00			McGrath LIBE/IMCO/JURI (afco, cult, budg, cont, femm)	Zaharieva ITRE (cult)	Lahbib DEVE/FEMM/ LIBE/ENVI (empl, sant)	Albuquerque ECON (imco, libe)	Hoekstra ENVI/ITRE/ ECON (empl, tran, fisc)	Kos AFET (libe, afco, droi)
14.30-17.30	Šefčovič INTA/AFCO (afet, imco, peti, deve, juri)	Micallef CULT (empl, libe, juri)	Jørgensen ITRE/EMPL (envi, regi, imco, econ)	Šuica AFET (empl, libe, droi)	Kadis PECH (envi)	Sikela DEVE (afet, femm, inta, libe)	Serafin BUDG/CONT (libe, juri)	Dombrovskis ECON/JURI (budg, afco, empl, imco, fisc)
18.30-21.30	Hansen AGRI (envi, pech)	Tzitzikostas TRAN (envi)	Roswall ENVI (imco, itre, agri)	Brunner LIBE (deve)	Kubilius AFET/ITRE (tran, sede)	Várhelyi ENVI/AGRI (itre, sant)		

	Monday 11 November (0 hearings)	Tuesday 12 November (6 hearings)	
9.00-12.00		Fitto REGI (tran, budg, agri, pech, empl, econ)	Kallas AFET (deve, inta, femm, sede, droi)
14.30-17.30		Minzatu EMPL/CULT (femm, libe)	Séjourné ITRE/IMCO/ENVI/ ECON (inta, empl, budg, juri)
18.30-21.30		Ribera ENVI/ECON/ITRE (imco, empl, tran, regi, agri)	Virkkunen ITRE/IMCO (libe, juri, afet(sede), cult)

Os líderes do Parlamento Europeu também aprovaram as [perguntas escritas](#) preparadas pelas diferentes comissões às quais os Comissários indigitados devem responder até 22 de outubro de 2024. Cada audição será seguida de uma reunião em que os presidentes das comissões e os representantes dos grupos (coordenadores) em causa avaliarão o desempenho do Comissário indigitado que acabaram de ouvir.

A CoP avaliará o resultado de todas as audições e transmitirá a sua recomendação à Conferência dos Presidentes. Esta última procederá a uma troca de pontos de vista e decidirá se encerra as audições na sua reunião de **21 de novembro**. A eleição da Comissão completa deve ser efectuada por maioria simples dos votos expressos em plenário, por votação nominal, e está atualmente prevista para a sessão de 25 a 28 de novembro.

Recorde-se que, como demos igualmente nota em Sínteses anteriores, o [Anexo VII](#) do Regimento do PE especifica o papel do Parlamento na aprovação da Comissão Europeia e no controlo dos compromissos assumidos durante as audições. O atual Regimento (em vigor a partir de julho de 2024) foi alterado [em 10 de abril de 2024](#), como [parte da reforma mais ampla dos métodos de trabalho internos do Parlamento](#).

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.

Importa, igualmente, dar nota de que a [Comissão dos Assuntos Jurídicos \(JURI\)](#) concluiu o processo de análise de eventuais conflitos de interesses de todos os novos Comissários indigitados. As declarações de interesse apresentadas pelos Comissários indigitados serão disponibilizadas [ao público](#) antes do início das audições de confirmação.

Após a [análise](#), o presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos, [Ilhan Kyuchyuk \(Renew, BG\)](#), afirmou “*A Comissão JURI procedeu a uma análise imparcial e aprofundada das declarações de interesses dos Comissários indigitados, analisando os potenciais conflitos de interesses relacionados com as pastas atribuídas. Sempre que considerámos as informações incompletas, solicitámos mais pormenores, a fim de avaliar todos os elementos relevantes e chegar às nossas conclusões. De um ponto de vista processual, podem surgir algumas críticas razoáveis ao quadro jurídico e teremos a oportunidade de as analisar e sugerir alterações, se necessário. Congratulo-me com o facto de a JURI, juntamente com todas as outras comissões parlamentares, poder agora concentrar-se nas audições de confirmação dos Comissários indigitados*”.

De acordo com o [Regimento do Parlamento Europeu](#), a [Comissão dos Assuntos Jurídicos](#) é responsável por avaliar o conflito de interesses potencial ou efetivo de cada comissário indigitado. Este procedimento é confidencial e constitui uma condição prévia para que um candidato possa participar na audição no Parlamento Europeu.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - DEBATE COM VIKTOR ORBÁN²

Esta semana, teve lugar o **debate sobre as prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE na sessão plenária do PE, com a presença do primeiro-ministro Viktor Orbán**. As prioridades podem ser consultadas [aqui](#) e o *think-tank* do PE faz uma perspetiva dos principais dossiês nesta [análise](#). O vídeo integral do debate pode ser visto [aqui](#).

A presidente do PE, Roberta Metsola, fez uma [declaração de abertura](#) em que notou que a Presidência húngara acontece numa altura em que a UE está a dar «*passos significativos em frente*», incluindo «*apoiar a Ucrânia, reforçar a competitividade europeia e construir uma Europa mais estável e segura*». Além disso, recordou que o Parlamento é a casa da democracia, «onde o Estado de direito e a liberdade de expressão são sagrados» e onde «podemos nem sempre concordar, mas daremos sempre espaço à partilha respeitosa de pontos de vista».

Na sua intervenção inicial, Viktor Orbán considerou que “*A UE precisa de mudar*”, defendendo que a Presidência húngara pretende ser a voz e o catalisador da mudança. Acrescentou que a situação da UE é muito mais grave do que em 2011 - durante a primeira Presidência húngara do Conselho da UE -, mencionando a guerra na Ucrânia, a escalada de conflitos no Médio Oriente e em África, a migração, os riscos para o espaço Schengen e a perda de competitividade da Europa a nível mundial.



Além disso, referiu que a Hungria está preparada para encetar negociações interinstitucionais com o Parlamento sobre os 52 dossiês legislativos pendentes que têm de ser finalizados. Em termos de áreas prioritárias, deu nota de que a competitividade é uma questão central, uma vez que o crescimento económico da UE nas últimas duas décadas foi significativamente inferior ao da China e dos EUA, com a quota-parte da UE no comércio mundial também a diminuir, referiu Orbán.

² Fonte: serviço de imprensa do PE.

Sobre a **competitividade**, o Primeiro-Ministro Orbán referiu que partilhava muitas das conclusões dos relatórios Letta e Draghi, assinalando que a transição ecológica e o abandono da energia russa contribuíram para a queda da competitividade da UE. Acrescentou que o declínio demográfico e a perda de competências são outros fatores fundamentais e que, para fazer face à situação, instou as instituições da UE a reduzir a carga administrativa, a diminuir a regulamentação, a promover a segurança energética, a reforçar o mercado único, a União dos Mercados de Capitais e a alargar o comércio. Notou, ainda, que «Não devemos cair na ilusão de que a transição ecológica, por si só, oferece uma solução para o problema», argumentando ainda que a descarbonização conduziu ao abrandamento da produtividade e à perda de postos de trabalho. Referiu, ainda, que a Presidência tenciona adotar um novo acordo europeu em matéria de competitividade no próximo Conselho informal de Budapeste.

No que diz respeito à **migração**, Viktor Orbán afirmou que *«sem centros de registo externos não podemos proteger os europeus da migração ilegal»*, considerando que *«O sistema de asilo da UE simplesmente não está a funcionar. A migração ilegal conduziu a um aumento do antisemitismo, da violência contra as mulheres e da homofobia»*. Propôs, ainda, a realização regular de *«cimeiras Schengen»* e insistiu em que a Bulgária e a Roménia se tornem membros de pleno direito da zona de livre circulação até ao final do ano.

Em matéria de **defesa e segurança**, Orbán apelou ao reforço da defesa e da segurança, nomeadamente através do aumento da indústria de defesa na Europa, referindo-se à Hungria como um exemplo a seguir neste domínio.

Sobre o **alargamento**, Viktor Orbán apelou à aceleração da adesão dos países dos Balcãs Ocidentais e salientou que *«sem a adesão da Sérvia, não podemos estabilizar os Balcãs»*. Por fim, o primeiro-ministro húngaro defendeu uma indústria de defesa da UE, um setor agrícola competitivo e favorável aos agricultores e a importância da política de coesão da UE. «Os fundos de coesão não são uma instituição de beneficência nem um donativo, são uma das maiores formas de política de investimento na UE e constituem um pré-requisito para equilibrar o mercado único», afirmou.

Na intervenção em nome da Comissão Europeia, a Presidente von der Leyen (discurso [aqui](#)), começou por afirmar o compromisso da UE de apoiar a Hungria após as recentes inundações e definiu três prioridades fundamentais: **Ucrânia, competitividade e migração**.

A presidente da Comissão criticou a posição da Hungria em relação à Rússia, lamentando que *«um Estado-Membro em particular»* ainda esteja a tentar comprar combustíveis fósseis à Rússia, apesar do compromisso da UE de ser independente do ponto de vista energético. No que diz respeito à migração, Ursula von der Leyen condenou a decisão da Hungria de libertar condenados por tráfico humano. Também questionou as suas políticas em matéria de vistos, como a flexibilização dos requisitos de entrada na UE para cidadãos russos, alertando para o facto de «tornar a Hungria um risco para a segurança, não só para a Hungria, mas para todos os Estados-Membros».

Em relação à **Ucrânia**, criticou *“aqueles que atribuem a culpa do conflito ao invadido e não ao invasor”*, estabelecendo paralelos históricos com a resistência húngara, checoslovaca e lituana durante as invasões soviéticas de 1956, 1968 e 1991. Reafirmou a importância do pacote de empréstimos de 35 mil milhões de euros que a Comissão concederá à Ucrânia através do aproveitamento dos ativos russos imobilizados.

Quanto à **competitividade**, salientou os perigos de políticas económicas imprevisíveis que minam a confiança dos investidores. Salientou a necessidade de uma abordagem unificada da UE, reduzindo os encargos regulamentares e promovendo um ambiente de investimento estável.

A maioria dos Deputados que interveio criticou o primeiro-ministro húngaro pela sua atuação desde que o país assumiu a Presidência do Conselho, bem como por [transformar a Hungria num regime híbrido](#), comprometer a luta da Ucrânia contra a agressão russa e colaborar com regimes não liberais em Moscovo e Pequim. Os parlamentares apontaram preocupação com a [total falta de respeito pelos valores da UE](#) demonstrada pelo primeiro-ministro húngaro, bem como com as alegações de corrupção na Hungria. Muitos expressaram solidariedade para com o povo húngaro que sofre com as restrições impostas pelo governo de Viktor Orbán à independência judicial, à liberdade dos meios de comunicação social e à sociedade civil.

3. SESSÃO PLENÁRIA DO PE - OUTROS DEBATES

Democracia na Geórgia

O PE aprovou uma [resolução](#) (495 votos a favor, 73 contra e 86 abstenções) em que se afirma que **o atual retrocesso democrático na Geórgia coloca efetivamente em suspenso a integração do país na UE**. Com efeito, o PE considera que, apesar de a Geórgia ter obtido o estatuto de candidato à UE em dezembro de 2023, o partido no poder, o Georgian Dream, tem promovido uma agenda cada vez mais autoritária, incluindo no que diz respeito à liberdade dos meios de comunicação social e aos direitos LGBTQ+. A par das alterações à legislação eleitoral do país e da crescente retórica anti-UE, os Deputados afirmam que estas leis violam a liberdade de expressão, censuram os meios de comunicação social, impõem restrições às vozes críticas na sociedade civil e no sector das ONG e discriminam as pessoas vulneráveis. Assim, afirma-se que, a menos que a legislação seja revogada, não será possível registar progressos nas relações da Geórgia com a UE.

O PE manifesta a sua expectativa de que as próximas eleições parlamentares serão decisivas para determinar o futuro desenvolvimento democrático e a escolha geopolítica da Geórgia, bem como a sua capacidade de fazer progressos na sua candidatura a Estado-Membro da UE. Finalmente, a resolução apela à UE e aos seus Estados-Membros para que responsabilizem e imponham sanções pessoais a todos os responsáveis pela ameaça à democracia na Geórgia, incluindo o ex-Primeiro-Ministro, Bidzina Ivanishvili. O European Union Institute for Security Studies (EUISS) publicou esta semana um trabalho sobre a Geórgia, disponível [aqui](#).

Interferência russa nas eleições na Moldávia

O Parlamento Europeu aprovou uma [resolução](#) que alerta para as tentativas da Rússia de fazer descarrilar a trajetória pró-europeia da Moldávia. O texto, aprovado por 508 votos a favor, 53 contra e 104 abstenções, **condena veementemente a escalada de actividades maliciosas, interferências e operações híbridas da Rússia antes de os moldavos irem às urnas para votar nas eleições presidenciais e no referendo constitucional** sobre a integração na UE, a 20 de outubro. Os Deputados destacam o papel desempenhado por uma série de actores maliciosos, incluindo oligarcas moldavos pró-russos e a rede russa RT, financiada pelo Estado, na realização de esquemas de fraude eleitoral, bem como de operações cibernéticas e de guerra de informação. Apela igualmente à UE e aos seus Estados-Membros para que assegurem a prestação de toda a assistência necessária à Moldávia para reforçar os seus mecanismos institucionais e a sua capacidade de resposta às ameaças híbridas. De acordo com a resolução, os serviços de segurança moldavos declararam recentemente que a Rússia gastou cerca de 100 milhões de euros para minar o próximo processo eleitoral, a fim de levar os moldavos a votar contra laços mais estreitos com a UE. Em 3 de outubro de 2024, as autoridades moldavas descobriram um esquema de fraude eleitoral em grande escala financiado pelo oligarca moldavo Ilan Shor, envolvendo a transferência de 15 milhões de dólares para 130 000 moldavos como parte de uma operação de suborno de eleitores.

4. CONSELHO EUROPEU DE 17/18 DE OUTUBRO

Terá lugar, a 17 e 18 de outubro em Bruxelas, uma **reunião do Conselho Europeu para debater a Ucrânia, o Médio Oriente, a competitividade, a migração e os negócios estrangeiros**. Todo o detalhe está [aqui](#) e o **projeto de Conclusões** pode ser lido [aqui](#), cortesia da *Agence Europe*.

Este será o último Conselho Europeu presidido por Charles Michel, dado que António Costa iniciará funções como Presidente desta instituição no dia 1 de dezembro de 2024.

O *think-tank* do PE disponibiliza uma antevisão detalhada das discussões deste Conselho, disponível [aqui](#), com destaque para a situação na **Ucrânia e no Médio Oriente**, que destacamos nas imagens seguintes (Fonte: EPRS), bem como para o temas das migrações e da competitividade.

Sobre a Ucrânia, o Conselho Europeu deverá apelar a “*uma rápida intensificação e aceleração do apoio militar, em particular dos sistemas de defesa aérea, munições e mísseis que são urgentemente necessários para proteger a população ucraniana e as infra-estruturas energéticas essenciais*”. Os líderes pediram aos seus ministros para finalizarem “*rapidamente*” os trabalhos sobre as medidas de assistência ao abrigo do “Mecanismo Europeu de Apoio à Paz” (EPF), “*que proporcionará mais incentivos para prestar apoio militar à Ucrânia*”. A Hungria, que detém atualmente a Presidência do Conselho da UE, bloqueia há meses a adoção de vários actos legislativos que permitiriam desbloquear 6,6 mil milhões de euros ao abrigo do EPF.

Aspect	What was agreed in the European Council?
Ukrainian security and defence	EU leaders have: - repeatedly called for the intensification and speeding-up of the delivery of military assistance (notably ammunition). - supported Member State-led initiatives to urgently supply ammunition and air defence systems to Ukraine. - supported the establishment of the Ukraine assistance fund. - welcomed the agreement of bilateral security commitments.
Frozen Russian assets	- supported the idea of utilising the profits from frozen Russian assets to finance military equipment for Ukraine, but insisted that the proposal must be legally sound.
Sanctions	- welcomed new sanctions packages and emphasised the importance of effective implementation, thus avoiding circumvention. - called for sanctions against third countries assisting Russia in its ability to wage war (such as Iran, Belarus, and North Korea).
Russian accountability	- stressed that Russia would be held accountable for war- and all related crimes. - welcomed initiatives for the return of unlawfully deported Ukrainian children and civilians.
Attacks on civilians and infrastructure	- committed to providing additional humanitarian and civil assistance to Ukraine (e.g. power generators). - called for more support for Ukraine's energy system in preparation for winter.
EU membership	- welcomed Ukraine's progress on the path to EU membership.
Peace summit	- supported the peace summit and committed to pushing for broader international support based on the UN Charter, and Ukraine's peace formula.

Fonte: EPRS

Além disso, de acordo com o projeto de conclusões, numa altura em que a Rússia continua a bombardear intensamente as infra-estruturas energéticas ucranianas, o Conselho Europeu deve apoiar todos os esforços, “*tanto públicos como privados*”, para reforçar urgentemente a segurança energética da Ucrânia antes do inverno e para satisfazer as necessidades humanitárias e de proteção civil imediatas da população ucraniana, “*tornando simultaneamente o sistema energético ucraniano mais resistente a longo prazo*”. Neste contexto, o Conselho Europeu deverá apelar a uma maior integração do sistema energético da Ucrânia na rede energética unificada da UE.

Sobre o Médio Oriente, as conclusões condenam os ataques do Irão a Israel, bem como reiteram o apelo a um cessar-fogo e a uma solução de paz duradoura baseada na solução de dois Estados. Além disso, o Conselho

manifesta a sua preocupação com a escalada no conflito, apelando à restrição de todas as partes envolvidas e à protecção das populações civis. Sobre o Médio Oriente (Fonte: EPRS):

Aspect	What was agreed in the European Council
Hamas attack	EU leaders have: - repeatedly condemned the Hamas attack on 7 October and reiterated Israel's right to self-defence in line with international law. - continued to call for the unconditional release of hostages. - called for the adoption of restrictive measures against Hamas. - supported independent investigations into sexual violence during the attacks.
Ceasefire	- called multiple times for a humanitarian pause leading to a sustained ceasefire – initially a very sensitive topic.
Humanitarian assistance in Gaza	- called on the Israeli government not to undertake ground operations in Rafah, which would worsen the 'already catastrophic humanitarian situation'. - repeated calls for aid to reach Gaza rapidly.
Extremist settler violence	- condemned the Israeli government's decisions to expand illegal settlements. - called for restrictive measures against the perpetrators of extremist settler violence.
Accountability	- stressed the importance of adhering to the order of the ICJ and insisted that violations of international humanitarian law needed to be investigated and accountability ensured.
Two-state solution	- repeatedly stated the EU's commitment to peace based on the two-state solution.
Broader region	- called for the full cessation of hostility between Hezbollah and Israel. - committed to strengthening EU support for the Lebanese armed forces, as well as to providing additional aid for the most vulnerable in Lebanon.

Sobre a **Competitividade**, os membros do vão “*fazer um balanço*” do relatório de Mario Draghi, e os trabalhos centram-se atualmente na procura de uma linguagem comum para a Declaração de Budapeste, que deverá ser adoptada a 8 de novembro, durante a cimeira informal na Hungria.

A questão das **migrações**, que não estava inicialmente prevista na ordem de trabalhos, deverá ser acrescentada devido às preocupações com o número crescente de migrantes irregulares na UE, bem como aos desenvolvimentos na Alemanha, que justificou a recente reintrodução temporária dos controlos fronteiriços invocando “*riscos de segurança relacionados com a migração irregular*”. Vários outros Estados-Membros (Áustria, Dinamarca, França, Itália, Eslovénia e Suécia) também reintroduziram controlos temporários nas fronteiras internas de Schengen, com justificações semelhantes. **Uma lista completa dos Estados-Membros que reintroduziram estes controlos temporários está disponível [aqui](#).**

No caso dos Países Baixos e, mais recentemente da Hungria, decidiram solicitar um **opt-out de algumas disposições do Pacto de Asilo e Migrações** (detalhe do caso neerlandês [aqui](#) e do húngaro [aqui](#)), algo que a Comissão Europeia considerou ser possível apenas com uma alteração dos Tratados.

Por outro lado, **dezassete Estados-Membros do espaço Schengen apresentaram um [non-paper](#)**, dinamizado pela Áustria e pelos Países Baixos³, em que se apela a uma nova tentativa de rever a Diretiva “Regresso” da UE, o conjunto de regras em vigor para as deportações (um esforço de revisão de 2018 foi interrompido). Neste documento, advoga-se uma “mudança de paradigma”, que colocaria “obrigações e deveres” na pessoa que enfrenta uma potencial deportação, que implicaria punições para a “não cooperação”.

Finalmente, importa dar nota de que a Presidência húngara pretende repristinar as negociações em torno do *recast* desta Diretiva sobre os regressos (detalhe legislativo [aqui](#) e [aqui](#)) tendo circulado uma nota de orientação pelos Estados-Membros, acompanhada de uma série de questões para reflexão: “*Os Estados-Membros são*

³ A que se juntaram Chéquia, Alemanha, Dinamarca, Grécia, Finlândia, França, Croácia, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Suécia, Eslováquia, Noruega e Suíça.

convidados a partilhar os seus pontos de vista sobre as possibilidades futuras de colmatar as lacunas legislativas e operacionais, em especial no que se refere às seguintes questões

- Que elementos inovadores poderiam ser considerados como parte de uma futura solução jurídica ligada à política de regresso?

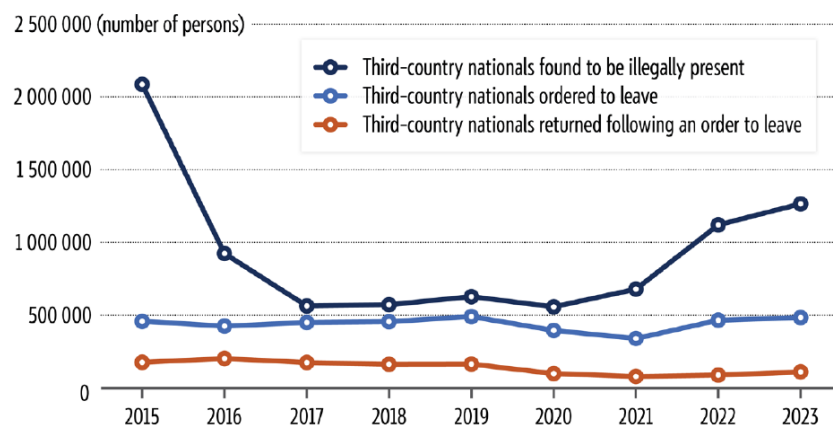
- Concorda que devemos começar a trabalhar em soluções inovadoras para lidar com o afastamento das pessoas que representam uma ameaça grave para a ordem pública, a ordem pública e a segurança nacional, incluindo as pessoas provenientes da Síria e do Afeganistão?

- Concorda que a nossa caixa de ferramentas para apoiar países terceiros no domínio do regresso deve ser reforçada através de um maior apoio operacional da UE em operações de regresso em países terceiros?

- Tendo em conta os resultados da aplicação do artigo 25.º-A do Código de Vistos, que outros instrumentos e incentivos, incluindo a mobilização de outros domínios de intervenção, devem ser utilizados de forma mais estratégica?”

Um ponto central do debate diz respeito ao **regresso dos migrantes em situação irregular** ao seu país de origem. Mesmo que a taxa de regresso tenha aumentado em 2024, existe uma diferença significativa entre os que são obrigados a deixar a UE e os que efetivamente regressam, quer o seu regresso seja voluntário ou forçado:

Figure 1 – Enforcement of EU immigration legislation, 2015-2023

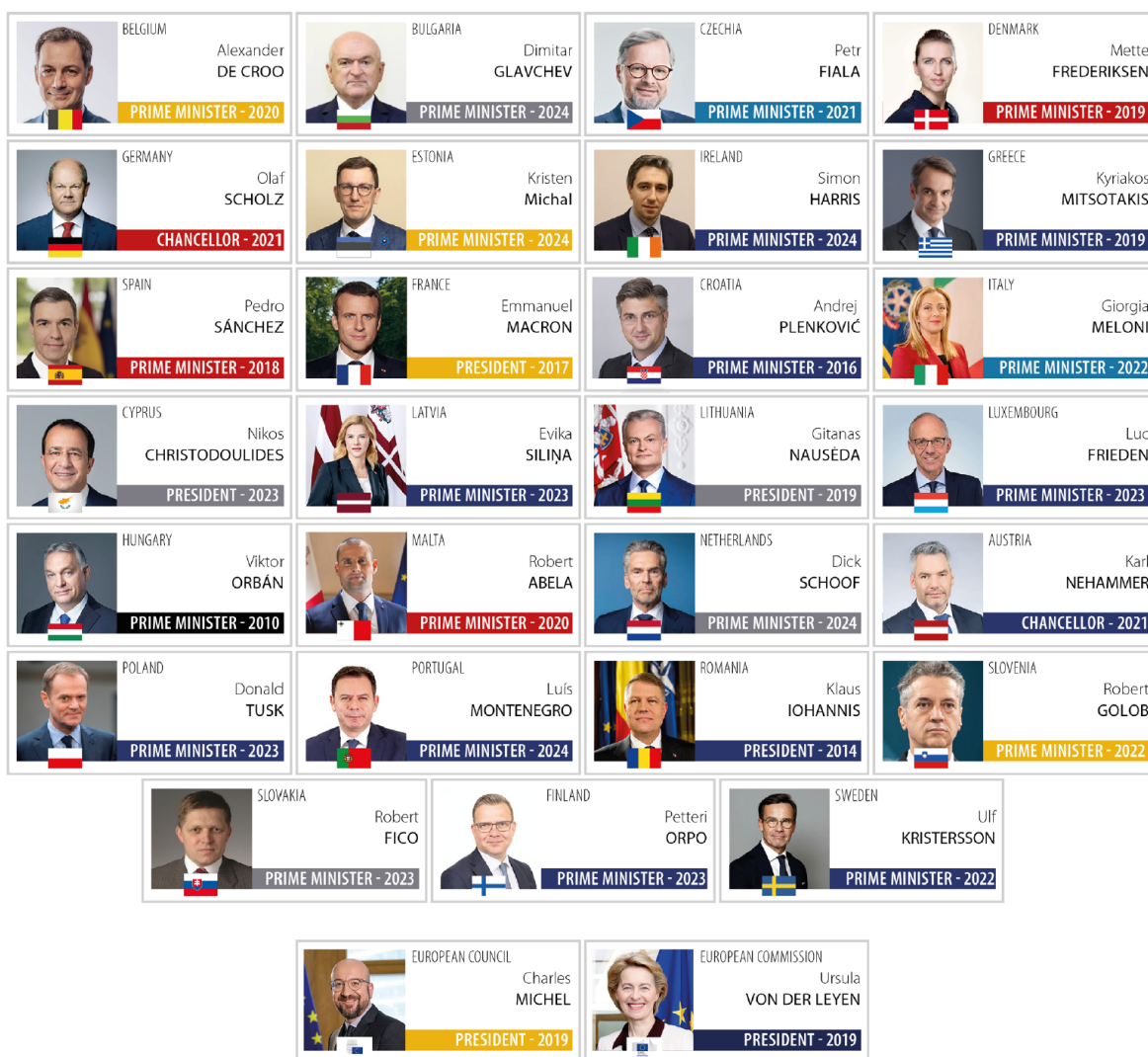


Source: EPRS, based on [Eurostat data](#).

Os dirigentes da UE realizarão um debate estratégico sobre a migração, podendo adotar conclusões sobre os aspectos mais consensuais.

Neste âmbito, a Comissão Europeia publicou esta semana um eurobarómetro sobre as *Atitudes dos cidadãos em relação ao espaço Schengen*, disponível [aqui](#).

Uma nota final para informar sobre a atual composição do Conselho Europeu, que é composto pelos 27 Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da UE, que são membros com direito de voto, bem como pelo Presidente do Conselho Europeu e pelo Presidente da Comissão Europeia, que não têm direito de voto (n.º 2 do artigo 15.º do Tratado da União Europeia). O quadro mostra os atuais membros, o cargo nacional que ocupam, a sua filiação política europeia mais recente e o ano em que se tornaram membros (Fonte EPRS, [aqui](#)):



Political affiliation of members EPP S&D Renew Europe ECR Patriots for Europe Independent

Images taken from the European Council website – © European Union.

Na sequência das eleições legislativas realizadas nos Países Baixos em 22 de novembro de 2023, o novo Primeiro-Ministro, **Dick Schoof**, não filiado politicamente, vai participar no Conselho Europeu pela primeira vez em outubro.

Uma vez que os deputados do *Fidesz* no Parlamento Europeu aderiram ao novo grupo político “*Patriotas pela Europa*”, o Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, está agora filiado nesta família política.

Alterações no equilíbrio entre as filiações partidárias⁴

A mudança nos Países Baixos, de Rutte para Schoof, acrescenta mais um membro independente ou não filiado e reduz em um os membros da Renew/ALDE no Conselho Europeu. A mudança na Estónia não tem impacto, uma vez que Michal pertence à mesma família política que Kallas. Em resultado destas alterações, o Conselho Europeu conta com **11 membros do Partido Popular Europeu (PPE)**, **4 do Renew Europe/ALDE**, **4 do**

⁴ O Presidente romeno, ainda que não afiliado politicamente nos termos da Constituição, continua a participar regularmente nas reuniões pré-Conselho Europeu do PPE. O Partido Smer-SD (Eslováquia) de Fico foi suspenso do Partido dos Socialistas Europeus e do grupo S&D e é considerado membro não inscrito no Conselho Europeu.

Partido dos Socialistas Europeus (S&D/PSE), 2 dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), 1 do Patriots for Europe (PfE) e 5 membros independentes ou não filiados.

5. NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA NATO

Demos nota, na Síntese anterior, de que [Mark Rutte tomou posse como Secretário-Geral da NATO](#), no dia 1 de outubro de 2024, substituindo Jens Stoltenberg, cujo mandato terminou ao fim de dez anos. Nesta ocasião, o Secretário-Geral cessante publicou um detalhado balanço do seu trabalho, disponível [aqui](#). Está, igualmente, disponível um podcast sobre a matéria ([aqui](#)). Nesta ocasião, Stoltenberg sublinhou que, em 2024, prevê-se que **23 Aliados atinjam ou ultrapassem o objetivo de investir pelo menos 2% do PIB na defesa, em comparação com apenas três Aliados em 2014**. Ao longo da última década, os Aliados europeus e o Canadá aumentaram de forma constante o seu investimento coletivo na defesa - de 1,43% do seu PIB combinado em 2014 para 2,02% em 2024, altura em que investirão um total combinado de mais de 430 mil milhões de dólares. O detalhe sobre esta matéria está disponível [aqui](#) (despesas com defesa) e [aqui](#) (financiamento da NATO).

6. MÉDIO ORIENTE - UM ANO APÓS O 7 DE OUTUBRO

No dia 7 de outubro, passou **um ano desde os ataques do Hamas na Faixa de Gaza**, que marcou o início de uma escalada no conflito no Médio Oriente. Nesta ocasião, os especialistas do *International Institute for Strategic Studies (IISS)* avaliam o impacto da guerra em Israel e nos Territórios Palestínianos Ocupados e as suas repercussões regionais e internacionais, num trabalho que colige vários artigos e disponível [aqui](#).

7. DESINFORMAÇÃO E MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O think-tank do PE publicou recentemente um trabalho sobre *Manipulação da informação em linha e integridade da informação: Panorama dos principais desafios, actores e evolução da resposta da UE*, disponível [aqui](#). Nesta análise, pode ler-se que “*O ecossistema global de informação está a enfrentar desafios a vários níveis, o que exige uma visão clara das principais questões em jogo, dos actores envolvidos e das possíveis respostas da União Europeia. A nível geoestratégico, os actores estatais e não estatais autoritários, que trabalham para manipular os ecossistemas de informação democráticos e abertos a seu favor, são os que ganharam maior visibilidade.*”

8. ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

Pelo seu eventual interesse, damos nota de dois acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (Conselho da Europa) publicados esta semana.

Acórdão M.A. e Z.R. c. Chipre (queixa n.º 39090/20)

O caso diz respeito à **interceção de cidadãos sírios no mar pelas autoridades cipriotas e o seu retorno imediato ao Líbano**, onde tinham passado quatro anos num campo de refugiados depois de terem fugido da Síria por causa da guerra e da destruição das suas casas. Os dois sírios que apresentaram a queixa ao TEDH, disseram ser requerentes de asilo e declararam intenção de solicitar asilo no Chipre, tendo, contudo, sido tratados como **migrantes económicos**. O TEDH considerou que o Chipre violou o Artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH), do ponto de vista material e processual, uma vez que o retorno forçado dos requerentes ao Líbano os tinha colocado em risco de regresso forçado à Síria e/ou exposto a condições de vida no Líbano que violam o Artigo 3.º (tratamento desumano e degradante). O regresso forçado ao Líbano tinha sido efetuado com base num **acordo bilateral entre o Chipre e o Líbano**, que previa a

readmissão de indivíduos que entrem ilegalmente no Chipre, sem qualquer formalidade. Para além disso, o TEDH constatou que os requerentes tinham sido **deportados coletivamente**, sem que o seu pedido de asilo tivesse sido objeto de uma avaliação individual, o que constituiu uma violação do Artigo 4.º do Protocolo Adicional à CEDH n.º 4 (proibição da expulsão coletiva de estrangeiros). O TEDH considerou ainda que o direito dos requerentes a um recurso efetivo, previsto no Artigo 13.º CEDH, tinha sido violado uma vez que os mesmos não tiveram oportunidade de apresentar as queixas relativas às violações anteriormente referidas perante um tribunal cipriota. Por fim, o TEDH considerou ainda que o Chipre tinha também violado o Artigo 3.º CEDH devido às condições em que as autoridades cipriotas trataram os requerentes, que mantiveram num barco por um período de dois dias, sem comida suficiente e sem condições de higiene antes do regresso forçado ao Líbano.

De notar que o TEDH **rejeitou o argumento do Governo cipriota de que o Líbano é um país terceiro seguro**, notando que a informação disponível no período em causa apontava para várias falhas no sistema de asilo libanês e na proteção concedida a requerentes de asilo, o que as autoridades cipriotas sabiam ou deveriam saber.

Acórdão Severin c. Roménia (queixa n.º 20440/18)

O caso diz respeito à equidade do processo penal contra Adrian Severin por ter, alegadamente, recebido subornos durante o tempo em que **fora membro ao Parlamento Europeu**. O processo penal em questão, que tinha resultado na aplicação de uma pena de prisão de quatro anos a Adrian Severin, tinha sido iniciado depois da publicação de um artigo de dois jornalistas do Sunday Times, que se tinham feito passar por lobistas e, nesse contexto, oferecido dinheiro ao requerente em troca do seu apoio a certas alterações legislativas apresentadas ao PE. Perante o TEDH, Adrian Severin alegou que os dois jornalistas tinham atuado como agentes provocadores, tendo também se queixado do facto de os tribunais romenos terem utilizado as gravações dos jornalistas e das circunstâncias em que os testemunhos destes tinham sido examinados, o que considerou ter sido desfavorável à sua defesa. O TEDH considerou não existirem provas do envolvimento do Estado no presente caso e que os dois jornalistas tinham sempre agido enquanto indivíduos privados. Relativamente ao processo penal, o TEDH considerou que tinham sido sempre proporcionadas garantias adequadas para o exercício do direito de defesa ao requerente. Os comunicados de imprensa do TEDH estão disponíveis [aqui](#) e [aqui](#), respetivamente.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Realizado a [7 de outubro](#), serviu para uma troca de pontos de vista sobre o euro digital no contexto mais vasto dos sistemas de pagamento europeus, na sequência de apresentações do Banco Central Europeu (BCE) e de atualizações da Comissão Europeia e da Presidência do Conselho.

ECOFIN

Os ministros fizeram o balanço da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). Até à data, foram desembolsados 267 mil milhões de euros, o que representa mais de 41 % do montante global autorizado, para ajudar os Estados-Membros a enfrentar vários desafios económicos. O Conselho adotou decisões de execução que aprovam **alterações específicas** aos planos de recuperação e resiliência da Lituânia e de [Portugal](#).

Reunião informal dos ministros do Emprego, Política Social e Saúde

Realizado em Budapeste, a reunião teve dois blocos principais: i) emprego, centrado na escassez de mão de obra e na mobilização do potencial de trabalho inexplorado no contexto dos desafios demográficos, com uma troca de impressões com a OIT; ii) social, com um debate sobre as questões fundamentais da inclusão social das pessoas com deficiência e das pessoas com capacidades de trabalho alteradas.

Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos

Entre outros assuntos (detalhe [aqui](#)), os ministros debateram o **estado do espaço Schengen** e trocaram pontos de vista sobre a implementação das prioridades do ciclo anual do Conselho de Schengen. Centraram-se no aumento da resiliência das fronteiras externas da UE e, em especial, no reforço da qualidade dos controlos fronteiriços e na melhoria da cooperação com países terceiros. Muitas delegações referiram a importância de disponibilizar recursos adequados para a proteção das fronteiras externas e de assegurar uma utilização exaustiva dos sistemas de informação da UE. Os Ministros sublinharam igualmente o papel da Frontex no apoio aos Estados-Membros e aos países terceiros com os quais assinou acordos.

O regresso dos migrantes irregulares e dos requerentes de asilo recusados (cfr ponto 4, supra) foi o tema do almoço de trabalho ministerial. Os ministros debateram a utilização de várias abordagens para aumentar a eficiência do sistema de regresso da UE e o papel de apoio da Frontex a este respeito. Encarregaram os peritos de **começarem a explorar ideias inovadoras relacionadas com os regressos**.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões](#) e dos Grupos Políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar apenas no dia [22 de outubro](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 14 de outubro: Conselho de [Ambiente, Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 15 de outubro: [Conselho sobre Energia](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 17/18 de outubro, reunião informal dos [Ministros do Comércio](#) e o [Conselho Europeu](#).

Bruxelas | 7 de outubro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).